

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MENDES, Gilmar Ferreira. Gilmar Ferreira Mendes II (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (0h 43min).

**Gilmar Ferreira Mendes II  
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2019

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Fernando de Castro Fontainha;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Carlos Victor Nascimento dos Santos;

**Técnico de gravação:** Ignorado;

**Local:** Brasília - DF - Brasil;

**Data:** 11/04/2014 a 11/04/2014

**Duração:** 0h 43min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988-2013)”, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Escola Direito Rio e o CPDOC/FGV, com financiamento da Fundação Getúlio Vargas, entre abril de 2012 e março de 2014. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e servirá como fonte para a publicação de um livro.

**Temas:** Assuntos familiares; Brasília; Edson Arantes do Nascimento (Pelé); Esportes; Família; Formação escolar; Mato Grosso; Pensamento político; Política; Religião; São Paulo;

### *Sumário*

Entrevista: 11 de Abril 2014 Apresentação e origens familiares; Vida escolar; Mudança para Cuiabá e São Carlos; Paixão pelo futebol e amizade com o Pelé; Relações na vida escolar e religião; Laços familiares e mudança para Brasília; Preferências e participação política.

*Entrevista: 11/04/2014*

F.F. – Esse é mais um ato de pesquisa do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988-2013)”. Estamos em Brasília, no gabinete do ministro Gilmar Mendes, presentes: eu mesmo, Fernando Fontainha, professor da FGV Direito Rio; Carlos Victor, assistente de pesquisa da FGV Direito Rio; Thiago Filippo, bolsista de iniciação científica da FGV Direito Rio; Aislan, operador de câmera; e evidentemente, nosso entrevistado, ministro Gilmar Mendes, a quem eu agradeço em nome da Fundação Getúlio Vargas. Ministro eu gostaria de pedir ao senhor que a gente começasse essa entrevista com o senhor dizendo seu nome completo, a data e o local de seu nascimento, o nome completo de seus pais e o que eles faziam.

G.M. – Eu sou Gilmar Ferreira Mendes, eu nasci em Diamantino, no Mato Grosso. Portanto, à época, era o estado íntegro, integral – só em 1976 é que houve a divisão –, e portanto, eu continuei... Meu município continua no Mato Grosso, no norte do Mato Grosso. E sou filho de Francisco Ferreira Mendes e Nilde da Costa Mendes, ambos também nascidos lá em Diamantino.

F.F. – Qual era a profissão dos pais do senhor?

G.M. – Minha mãe era... lides doméstica, e meu pai era funcionário municipal e tinha uma pequena atividade na área de agropecuária.

F.F. – E qual a lembrança que o senhor tem da casa onde o senhor cresceu? O senhor tem irmãos?

G.M. – Tenho.

F.F. – Como o senhor descreveria sua infância?

G.M. – Muito agradável, com uma vida muito ativa, numa pequena cidade. Na época, não sei, Diamantino talvez devesse ter menos de 10 mil habitantes. Era um município grande, naquela

estrutura fundiária da antiga organização do estado de Mato Grosso. Salvo engano, em algum momento eu ouvi referências de que Diamantino tinha alguma coisa como 240 mil quilômetros quadrados, portanto, eram alguns países, se a gente considerar os tamanhos, hoje, dos países europeus. Depois disso foi amplamente dividido e, hoje, acho que o município tem 7 mil quilômetros quadrados. Ainda é um município grande, em termos de dimensão ou de base territorial. Eu me lembro muito da presença dos jesuítas, que eram líderes na comunidade – tinham o seminário, dirigiam a escola, o ginásio –, e também as irmãs, chamadas Irmãzinhas da Conceição, que faziam a parceria na área educacional com os jesuítas. Eles tinham uma influência muito grande. Diamantino era uma comarca, uma comarca antiga, e por lá passavam, portanto, todos os eventos ligados à Justiça. Eu tenho a impressão de que... A nós, meninos, encantava muito o movimento que ocorria a cada semestre, a cada oito meses ou um ano, com o Tribunal do Júri, porque todos os episódios que tinham ocorrido no município e também em outros municípios, uma vez que a comarca congregava municípios longínquos, desaguavam lá no Tribunal do Júri. Meu avô foi promotor de justiça, então, eu acompanhava aquilo com muita atenção. E aquilo despertava muito interesse e toda a curiosidade da comunidade e nossa. Depois, no próprio ginásio, nós passamos a fazer júris. Portanto, aquilo contaminava um pouco nossa atividade intelectual. Foi uma vida muito interessante, embora a cidade fosse pequena e dispusesse de poucos recursos. Os padres também dinamizavam a vida na comunidade e na cidade: vinham estudantes de fora, que se abrigavam nas pequenas pensões ou também nos colégios dos padres, no regime de internato ou semi-internato. De fato, havia ali um polo: teatro, festivais de cantos... Em suma, era uma vida muito ativa, para a dimensão da cidade.

F.F. – Então podemos dizer que o primeiro júri que o senhor participou, o senhor nem estudante de direito era.

G.M. – Não, nem era, exatamente. Tinha o júri simulado no ginásio.

F.F. – E seu avô seria o único jurista, fora o senhor, da sua família?

G.M. – Não, não. Meu bisavô, Joaquim Pereira Ferreira Mendes, ele nasceu no século... no final do século 19 e é formado pela São Francisco e depois foi... Ele foi político e magistrado no Mato Grosso e foi presidente do Tribunal por muitos anos. Inclusive, nos anos 1930, ele foi

várias vezes reeleito, quando isso era permitido, presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso. E eu tenho um número grande de familiares na área do direito.

F.F. – Seu avô por parte de...?

G.M. – De pai.

F.F. – Seu pai não era jurista?

G.M. – Não. Meu pai era funcionário... Foi prefeito, depois, duas vezes do mesmo município e ficou um pouco nessa atividade.

F.F. – Ministro, os jesuítas foram presentes, então, na sua educação. O senhor estudou... Sua educação é em Diamantino?

G.M. – Eu faço o ginásio em Diamantino. Depois, para fazer o científico, eu fui para Cuiabá. Fiz o primeiro ano no Colégio Salesiano lá de Cuiabá; já o segundo ano científico, que é em 1973, eu faço em São Carlos (São Paulo); e o terceiro ano, o pré-vestibular, aqui em Brasília.

F.F. – E o senhor sai do estado sozinho?

G.M. – Sim. [Saio] com amigos. Era muito comum isto, jovens estudantes em república, e nos reuníamos. Esta foi a causa até do meu deslocamento para São Carlos, porque havia conhecidos nossos que estavam se deslocando para São Carlos e saindo de... ou Botucatu, as cidades universitárias do interior de São Paulo.

F.F. – E o senhor vai para São Carlos. Como nós estamos, ministro, na transição já para sua juventude, não mais infância, eu não tenho como não lhe perguntar se sua paixão pelo futebol vem da infância.

G.M. – Ah, sim! Acompanhei muito futebol. Em 1970, vivi a Copa ainda em Diamantino. Não tínhamos televisão; acompanhávamos pelo rádio. Eu, desde que me entendo por gente, passo a

acompanhar futebol – eu me lembro da disputa dos campeonatos mundiais do Santos pelo rádio, nos anos 1960 –, e sempre com muita curiosidade. Sempre que podia, eu me deslocava até Cuiabá, quando um time importante vinha e tal. Mas não era uma viagem fácil. Hoje são duas horas de viagem em estrada asfaltada, mas naquela época era estrada de barro, então...

F.F. – Quantas horas o senhor levava?

G.M. – Ah! Podia levar sete ou oito horas.

F.F. – E o senhor ia de carro?

G.M. – Ia de carro. E, se fosse carro particular, tinha um ritmo; se fosse ônibus, era outro. Em suma, eram... As condições de transporte naquela época eram muito precárias. Se fosse no período de chuva, certamente era muito mais difícil. Mas era uma BR já, à época, que ligava Mato Grosso a Porto Velho.

F.F. – Ministro, se o senhor me permite, só para a gente talvez fechar sobre o futebol, há alguma conexão entre essa paixão juvenil e a amizade com o Pelé? E só lhe pergunto isso porque ela é evidente nas paredes do seu gabinete.

G.M. – Eu tenho a impressão que meu nome... Eu nunca tive a oportunidade de perguntar isso ao meu pai, mas meu nome vem, certamente, do goleiro Gilmar, que, à época que eu nasci, era do Corinthians, mas que depois foi para o Santos e foi campeão mundial. E, claro, depois, toda a identificação com o Santos de Pelé, como todo o Brasil. Não é nenhuma novidade. Mas essa foi uma das coincidências interessantes da minha vida: quando eu vim trabalhar no governo Fernando Henrique Cardoso, eu me encontrei com o Pelé, que era o ministro do Esporte, e aí nos tornamos amigos e, de fato, tivemos uma bela... a oportunidade de conversar, de discutir. Até hoje, quando temos oportunidade, estamos conversando. Acho que faz dois ou três dias, nós nos telefonamos – ele estava no Chile. E, sempre que podemos, a gente se encontra – às vezes, na Vila Belmiro, quando tem um jogo mais importante. E, de fato, essa foi uma feliz coincidência na minha vida.

F.F. – Ministro, como é que...? Para fazermos a transição para a Faculdade de Direito, eu gostaria de, finalmente, perguntar para o senhor como o senhor acha que os colégios por onde o senhor passou influenciaram na sua formação e se o senhor tem memória de professores e colegas que o marcaram e que acompanharam sua trajetória.

G.M. – Eu tenho a impressão de que a vivência lá na escola em Diamantino foi muito importante. Nós tínhamos professores muito...

F.F. – O senhor se lembra do nome da sua escola? Perdão.

G.M. – O seminário era um regime de semi-internato. Inicialmente, acho que... Era o seminário dos padres, mas que recebia alunos de fora. Eu, portanto, era externo, nesse contexto. Chamava-se Seminário Jesus, Maria e José. Ainda hoje o prédio está lá, e acredito que ainda abriga... Agora, acho que é outra congregação, mas abriga seminaristas. E depois veio a estadualização, mas continuou sob a direção dos padres. Mudou para um prédio no centro da cidade – esse seminário era um pouco deslocado, acho que três ou quatro quilômetros, da cidade – e passou a se chamar Ginásio Conceição, então, já agora sob uma direção aparentemente laica, mas, claro, presidido fundamentalmente pelos padres. E também, o grupo escolar em que eu estudei, o Grupo Escolar Caetano Dias, basicamente era dirigido pelas Irmãs do Sagrado Coração de Jesus e Irmãzinhas da Conceição, ligadas, eu acho, a essa congregação criada pela madre Paulina. E tudo tinha uma certa diretriz religiosa e também de caráter ético e disciplinar, e era muito integrado, tanto o grupo escolar como o ginásio, e eles se preocupavam muito com o bom nível do ensino e eram bastante preparados, então... A gente talvez não aprendesse mais porque não tivesse até mesmo a percepção de que era possível fazê-lo, mas enfatizavam estudos de línguas: inglês, francês... Mas quem está na Amazônia do Brasil ficar pensando em estudar línguas? Parecia algo muito extravagante. Ou o ensino de música, também. E eram também práticos: ensinavam datilografia. Eles traziam... À época, a Congregação Jesuíta estava... a Ordem Jesuíta estava na região naquela missão de pacificação de índios, então, eles tinham base em vários locais e se afastavam, portanto... Às vezes tinham locais de apoio a 600 quilômetros de Diamantino. E me lembro que eles tinham praticamente uma cidade, que hoje está no município de Sapezal, na região, hoje, do agronegócio, um dos centros do agronegócio em Mato Grosso, que se chamava Utiariti. Lá tinha sido uma base da Missão Rondon. Rondon,



quando passava com o telégrafo para Porto Velho, fazendo a ligação, passou por lá e esteve lá muito tempo, e lá tinha uma base. E ali tinha comunidades indígenas e os padres tinham uma base lá, e a missão era pacificação, era trazer os índios para o que imaginavam um processo civilizatório, e muitos desses índios vinham para o colégio. Tanto é que eu... Foi uma abertura que eu tive, uma oportunidade rara, foi de conviver com os índios no colégio, muitos índios, que eram educados, formados pelos padres e que passaram a compor nossas turmas. Então, isso foi uma experiência muito rica que eu tive nesse período. E, de fato, os padres concebiam fanfarras, festivais, para que... os alunos compunham música e apresentavam. Eram iniciativas que desafiavam a todos. Depois, lá em Diamantino, nasceram vários conjuntos, por conta desse tipo de iniciativa. Até hoje eu lamento, por exemplo, não ter me dedicado mais a aprender música ou coisa do tipo, porque era uma oferta... Com poucas pessoas na congregação, eles conseguiam ter um time de pessoas muito qualificadas. Até hoje eu tenho contato com um padre que se tornou importante em Mato Grosso como historiador e até é historiador de Diamantino, padre Moura, que foi meu professor de português e professor de história.

F.F. – Padre Moura?

G.M. – Padre José de Moura e Silva. É mineiro, um mineiro que se estabeleceu lá. Chegou muito jovem e lá ficou. Hoje deve estar com mais de 80 anos, está lá na igreja do Rosário, lá em Cuiabá.

F.F. – Ministro, como o senhor definiria sua relação com a religião?

G.M. – Eu sou católico. Como todo mundo, tenho lá minhas dúvidas, mas sou devoto de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Diamantino, e quando posso, vou no dia 8 de dezembro a Diamantino participar da procissão. Não sou nenhum radical, tenho compreensão para outras visões de mundo e tenho as dúvidas que assaltam muitas mentes, mas eu sou católico.

F.F. – Ministro, quando o senhor volta a Diamantino, sobretudo agora, com a midiaticização do Supremo, como o senhor é recebido na sua cidade?

G.M. – Eu tenho uma relação muito boa com... Têm muitos ex-colegas meus que estão ainda em Diamantino. Minha mãe faleceu em 2007, meu pai já havia falecido, mas meus irmãos estão lá, e eu gosto de ir lá, tomar banho no rio, andar na rua. Cada vez menos eu tenho tempo de fazer isso. Às vezes, férias, eu já não vou lá. Mas eu tenho propriedades lá junto com meus irmãos e tenho uma excelente relação com as pessoas, não só em Diamantino, mas também em Cuiabá, onde vivi menos. Na verdade, afora momentos esporádicos, eu vivi um ano em Cuiabá, estudando, e tenho também amigos lá.

**Participante** – A família do senhor continuou em Diamantino sempre?

G.M. – Sempre. Tenho um irmão mais jovem que foi prefeito duas vezes de Diamantino. Nós temos uma relação muito forte com a região. Certamente, meus tataravós já estavam lá no século 18, então... A cidade é uma das mais antigas de Mato Grosso, ela é fundada dez anos depois de Cuiabá. Acho que Cuiabá é em 1718, e Diamantino, em 1728. Portanto, é uma das mais antigas. E, claro, lastreada no garimpo, no trabalho dos... E depois ela se transforma também em polo... Passa pelas várias fases: borracha, de exploração... garimpo de novo, e depois, hoje, é um polo de agronegócio.

F.F. – Ministro, o senhor poderia nos dizer sobre seus irmãos, eventualmente...?

G.M. – Sim. Nós somos, ao todo, quatro irmãos: eu sou o mais velho; depois vem o Moacir, que é funcionário aposentado do Banco do Brasil; a Conceição, que hoje vive um pouco como pequena empresária, trabalha na fazenda; e o Francisco, que é o quarto irmão, o caçula, que é veterinário formado em Viçosa e que, de 2000 a 2008, foi prefeito de Diamantino, acho que quatro anos, e lá fazia um pouco de experiência política e hoje se dedica aos negócios dele e às atividades também da... coisas que são da família. Nós temos um patrimônio que veio dos meus pais e coisas que nós desenvolvemos. Nós temos um condomínio, dos próprios irmãos.

F.F. – E filhos, ministro? O senhor é casado? O senhor tem filhos?

G.M. – Sou casado em segundas núpcias e tenho dois filhos do primeiro casamento: uma acaba de vir da Alemanha, está retornando da Alemanha agora, onde concluiu o doutorado, e é gestora

pública, está no Cade; e o Francisco acaba de passar no concurso no Senado, era gestor público e agora é consultor do Senado.

F.F. – Ministro, vamos então para São Carlos. Como foi sair de Mato Grosso, ministro?

G.M. – Pois é, foi um choque, porque mal tinha eu saído de Diamantino, que era um microcosmo: eu fui para Cuiabá, e lá vivia uma vida mais ou menos limitada, segregada, e aí, um ano depois, fui para [São Carlos]\*. [São Carlos]\*\* é uma cidade do interior, também. Hoje, já está uma cidade muito maior, mas é uma cidade do interior. Nós fomos muito bem-recebidos, os mato-grossenses: as pessoas nos apoiavam, as famílias queriam nos abrigar, e tivemos, realmente, bastante solidariedade e fomos bem-recebidos. E vivíamos bem, também, no Colégio Diocesano, um colégio de classe média muito bem-conceituado. Também, um colégio de orientação religiosa, dos Irmãos La Salle, um bom colégio, de formação humanística. Foi muito enriquecedora, a passagem por lá. Era sempre assustador: era uma viagem de mil e tantos quilômetros. À época, só para terem uma ideia – era uma viagem que nós fazíamos de ônibus –, Cuiabá-Campo Grande ainda não estava asfaltada, o asfalto só existia de Campo Grande para São Paulo, e aí tínhamos que passar por São Paulo, aquela megalópole, para depois irmos para São Carlos. Então, tudo isso era novidade e despertava imensa curiosidade. Mas foi um período muito rico. Até hoje guardo na memória. Tenho amigos, até amigos que moram em Brasília, desse período. Depois eu já voltei a São Carlos e, hoje, sou reconhecido até como cidadão são-carlense. Tenho boas memórias dessa época.

F.F. – Foi em São Carlos, sua decisão objetiva de se direcionar para o direito, para fazer uma Faculdade de Direito?

G.M. – Eu já vinha pensando desde Mato Grosso, essa vivência que tinha e tudo mais. E eu fui para São Carlos por razão de índole pragmática, porque eu já pensava em vir para Brasília, mas foi mais fácil negociar com meus pais essa ida para São Carlos, por conta dos colegas conhecidos de família que estavam se deslocando para São Carlos. São Carlos é um polo – ainda é, hoje – tradicional na área das exatas: engenharia... E os colegas que estavam indo, eles

---

\* O entrevistado fala São Paulo, em vez de São Carlos.

\*\* Ver nota anterior.

estavam propensos a fazer engenharia. Não era meu caso, já àquela época. Por isso que no final do ano de 1973 eu decidi vir para Brasília. Mas eu já tinha essa convicção. Cheguei a pensar, a conversar com colegas de fazer o vestibular na USP, mas aí havia o fascínio de Brasília, a novidade, o centro do poder, e vários colegas também de Mato Grosso já estavam aqui, conhecidos, inclusive parentes meus, primos, então, isso tudo acabou ajudando a compor essa ideia.

F.F. – Então, já em 1973 Brasília já despertava seu interesse.

G.M. – Ah, sim, sim. E esse foi o... E aí eu vim então e, em 1974, então, eu comecei o curso aqui no pré-universitário, hoje o Sigma.

F.F. – Hoje se chama Sigma?

G.M. – É.

F.F. – E era um curso pré-vestibular?

G.M. – Na verdade, era já aquela estrutura de colégio com característica de cursinho, em que o último ano já era voltado para o vestibular.

F.F. – Preparatório.

G.M. – É. Mas já era uma estrutura de... Hoje acho que é um colégio de formação geral: vai desde o ginásio até...

F.F. – Ministro, eu esqueci de lhe fazer uma pergunta, porque o senhor mencionou música e línguas como estudos supérfluos para o contexto e para a época e para o local, o senhor disse que se arrependeu de não ter desenvolvido mais talentos musicais, mas o senhor chegou a estudar línguas estrangeiras?

G.M. – Fazia aquilo que era oferecido: era basicamente o inglês, que já era fornecido no colégio. Mas eu me lembro de colegas que se dedicavam com mais afinco, com mais atenção, e não era incomum a gente ver, por exemplo, os padres conversando, com aqueles que estavam mais adiantados, em inglês ou em francês. Não era meu caso. Mas isso já chamava a atenção naquela época, que isso estava colocado à nossa disposição. Como formação musical: pessoas que aprendiam a ler música, partituras. Em suma, isso tudo estava à disposição. Isso acontece com a gente também depois, na vida adulta: tantas oportunidades que se colocam e que a gente não está às vezes maduro para prestar atenção. Mas o que me ocorreu foi, depois de perceber essa importância, dar muita atenção a isso. Hoje, por exemplo, eu aprendo língua como *hobby*, então, fico dedicado a isso e, sempre que posso, se tenho uma oportunidade, faço aula particular de uma língua ou outra.

F.F. – Ministro, como foi sua chegada em Brasília? O senhor tinha aquela imagem e, quando o senhor chegou...

G.M. – Tinha aquelas informações que eram correntes sobre uma cidade nova. A Brasília da minha época era uma cidade ainda pequena, provinciana, e não havia essa massa de gente nas cidades-satélites, e também o número de cidades-satélites era bastante reduzido, e havia uma... O quadro, por exemplo, de segurança pública era muito tranquilo, praticamente... era raro falar-se em incidentes, naqueles anos de 1970, nessa área. Eu me lembro que eu morava na W3, numa dessas pensões, e me deslocava para o colégio, que era perto, e às vezes ficava até muito tarde, virando a noite lá e tal, e nós voltávamos tranquilamente, ali naquelas ruas, sem nenhum problema. No domingo, a gente tinha aí uma coisa de cinema, sábado e domingo, e os encontros dos jovens. Depois, quando eu entrei para a universidade – isso já se deu em 1975 –, a gente já passou a pensar também numa vida associativa, também, reunindo o pessoal do centro-oeste, de Mato Grosso. Mas era uma vida muito pacata, muito singela, e de estudantes simples, pobres, mas tínhamos acesso às informações e ao ambiente da Universidade de Brasília.

**Participante** – O senhor tinha conhecidos em Brasília, quando o senhor chegou?

F.F. – Ah, sim, tinha, tinha parentes na... Mas morávamos separados. Mas tinha conhecidos, tinha parentes. De quando em vez, nos encontrávamos. Depois, já na universidade, a gente

passa a encontrar a comunidade dos mato-grossenses, e aí rememorávamos vínculos lá do estado. Tinha-se uma vida bastante saudável. A universidade também oferecia boas condições a esporte, ao ambiente educativo. E já havia uma ebulição política, também. Nós estávamos vivendo já, no governo Geisel, isso já no início da universidade, a ideia de transição política, e com muitos incidentes, que se verificaram inclusive na universidade.

F.F. – Quais seriam?

G.M. – A tomada, por exemplo... No governo Geisel, acho que houve a visita da esposa do presidente Carter e a universidade foi tomada pela polícia, houve greves e prisões. Foi um momento muito tenso naquela quadra e a universidade tinha uma ebulição. Já não era mais o quadro de 1968, mas era um quadro também de muita tensão. E, claro, aquilo já estava no contexto da chamada abertura política: o Congresso, muito ativo, com, agora, uma oposição muito mais forte. Era muito comum os estudantes virem para o Congresso para assistirem aos discursos dos líderes de oposição.

F.F. – O senhor tinha esse hábito?

G.M. – Tinha. Eu vinha muito.

F.F. – Qual a memória que o senhor tem dessas vindas ao Congresso enquanto estudante de direito?

G.M. – Ah! isso era impressionante. Muitas tardes a gente passava... nas quartas-feiras, a gente passava no Congresso. E eu me lembro... Há pouco tempo, eu conversava com o ministro Brossard e disse a ele que muitas vezes eu fui ao Congresso para vê-lo, assistir a... ele como um dos grandes líderes do MDB de então. E pronunciamentos históricos foram feitos. A gente, hoje, vendo o Congresso, as galerias vazias, tem uma certa dificuldade de vislumbrar as razões dessa mudança. Mas essas pessoas foram os artífices da transição, eles contribuíram decisivamente para que o Brasil tivesse uma transição pacífica, sem maiores traumas, ajudaram a construir o processo de discussão de Diretas Já depois e tudo mais. Eu me lembro que um episódio que me marcou muito, aqui – eu acho que foi em 1976, salvo engano –, foi o enterro

de Juscelino. Foi alguma coisa de impressionante: a cidade toda tomada, desde que o caixão chegou a Brasília. Era uma explosão de manifestação, uma coisa realmente tocante, e a estudantada toda na rua. Quer dizer, uma manifestação cívica, pacífica, mas que era um sinal de que os tempos tinham mudado, de que as pessoas não toleravam mais aquela situação e decidiram homenagear alguém que tinha sido o construtor de Brasília e, ao mesmo tempo, tinha sido banido pelo regime militar. Então, uma das coisas impressionantes. De quando em vez, a gente tinha movimentos no Congresso que ocupavam realmente, no dia seguinte, a mídia toda, e aí os discursos dos grandes líderes – na Câmara, Ulysses Guimarães, mas no Senado, Franco Montoro, Paulo Brossard, Marcos Freire, os grandes nomes –, e a estudantada se sensibilizava muito com isso. Ou, às vezes, muitos deles eram chamados à universidade e falavam. Então havia, sem dúvida, uma ebulição naquele momento.

**Participante** – E movimentos liderados pelos próprios estudantes da [inaudível].

G.M. – Havia. Havia também muito movimento. Eu participei pouco disto. Em 1976, eu me tornei oficial de chancelaria. Eu fiz o concurso para oficial de chancelaria do Itamaraty e para lá fui, e aí passei a dividir um pouco a minha vida entre a universidade e o Itamaraty, enquanto ainda estudante.

F.F. – O senhor estudava à noite ou pela manhã?

G.M. – Estudava pela manhã. Os cursos regulares eram todos pela manhã. Eu tinha sempre atividades, e sempre que a gente podia, fazia algum outro curso. Mas eu fui por muito tempo um estudante *full time*, então, saía lá dos cursos regulares de manhã e ia para a biblioteca. Depois, quando passei no concurso para o Itamaraty, também consegui trabalhar muito tempo à noite, então, continuava com um espaço à tarde para estudo e também para participar dessas coisas, como ir ao Congresso. Isso era muito rico.

**Participante** – Ministro, o senhor colocou antes que o senhor tinha conhecidos e parentes em Brasília. No seu período de estudante na UnB, o senhor morava em pensão com colegas ou em casa de parentes?

G.M. – Inicialmente, morei... No curso pré-universitário, eu fiquei numa pensão. Era um tipo de república. Até, recentemente, essa senhora – é de uma família aqui de Luziânia – veio a falecer. Até pouco tempo ela estava viva. E com essa gente eu fiquei... cultivei uma relação para todo o sempre: fiquei amigo dos seus filhos e tudo. Ela tinha três filhos, e para complementar a renda, ela aceitava... Não era incomum. Não é incomum isso, nas cidades universitárias. Então, alguns colegas tinham... E ela oferecia, então, refeição e oferecia quartos, numa situação razoável, bem confortável, próximo do curso. E aí também nos encontrávamos. E depois, quando eu passei para a universidade, aí nós dividimos um apartamento com outros colegas. Aí, a típica república mesmo, como modelo. Isso já aqui na L2 Sul. E a partir daí eu fui mudando de apartamento e tal.

F.F. – Ministro, dada a hora que nós combinamos, eu vou lhe fazer uma última pergunta, antes de entrarmos na UnB e começarmos a falar do curso de direito propriamente dito, já a entrevista ficar mais jurídica. Isso tudo acontecia, o senhor tinha o nível de participação que o senhor já nos falou, mas o que o senhor pensava do governo da época, da época que o senhor era estudante, quando o senhor chegou em Brasília?

G.M. – Eu achava que o país tinha que mudar, que tinha que buscar um outro encaminhamento, e torcia para que o país realmente mudasse. Aí foi a eleição de 1974, em que a oposição obteve uma vitória expressiva na... Disputava-se um terço das vagas do Senado, eu acho, e a oposição conseguiu a maioria. Foi nessa leva que vieram esses grandes nomes, que foram básicos para... que se elegeram por oito anos e, portanto, fizeram praticamente toda essa transição, até a supressão do AI-5 e tudo mais. Esses mandatos foram até 1982. E eles encheram de energia Brasília. E eu torcia para que isso acontecesse. As visões eram múltiplas. A gente não tinha bem a noção, porque o governo tinha colocado o país no sistema do tudo ou nada, sim ou não. O modelo bipartidário era uma camisa de força. Mas na universidade apareciam as várias tendências. O MDB era uma frente com tendências as mais diversas, e a gente se orientava como podia, nesse contexto, desde nomes da esquerda católica até marxistas, comunistas e também liberais, todos esses numa frente de oposição. Por outro lado, também havia nomes importantes da base do governo que trabalhavam na linha de uma civilização do regime. É impressionante. Acho que ainda é uma... Em algum momento as pessoas vão dar atenção a isso, à qualidade dos debates, e aí graças à participação da oposição e da situação. Era algo



impressionante: de um lado, um Paulo Brossard, um Marcos Freire; de outro, um Petrônio Portella, um Jarbas Passarinho. Era algo realmente impressionante. E acho que essa gente contribuiu, primeiro, para evitar um maior enrijecimento do governo, e depois contribuiu para pavimentar o caminho mesmo da abertura e a superação do regime militar. E a gente tentava se situar nesse universo, tentando entender o que iria passar.

F.F. – O senhor se identificava com alguma dessas tendências dessa frente que era o MDB?

G.M. – A gente se identificava, mas com alguma imprecisão. Porque, claro, isso era uma frente, como se provou inclusive na própria superação do regime militar, quando quem consegue ganhar a eleição no Colégio Eleitoral é Tancredo. Tanto é que isso era comentado amplamente naquele período, já nos anos 1980: se a eleição for eleição direta – dependia da aprovação da emenda direta<sup>\*\*\*</sup> –, o candidato é o Ulysses, mas se a eleição for eleição indireta, do colégio eleitoral, o candidato adequado é Tancredo, que faz os bons acordos e consegue, então, ser mais confiável para determinados grupos. E foi o que acabou acontecendo, tendo ele como vice o Sarney, que vinha de uma dissidência do regime militar. Isso já é um desaguar desse processo. Mas a gente não tinha uma precisão, em termos de identificação ideológica: nós louvávamos tanto um Paulo Brossard quanto um Lysâneas Maciel ou outros nomes que estavam ajudando a fragilizar o regime militar.

F.F. – Lisândreas?

G.M. – Lysâneas Maciel.

F.F. – Lysâneas Maciel.

G.M. – É um parlamentar do Rio muito ativo que foi cassado e depois desapareceu. Acho que, com o retorno à democracia, ele já não teve mais... Mas era um grande nome da Câmara dos Deputados.

---

<sup>\*\*\*</sup> Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5/1983, apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira e que propunha eleições diretas para presidente da República em 1985.

F.F. – Do MDB?

G.M. – Do MDB.

F.F. – O.k. Ministro, nós havíamos combinado meia hora e já temos 42 minutos. Agradecidíssimos. Acho que estamos num momento bom para parar, que é a transição. A gente começaria, numa futura sessão, já da UnB Direito.

G.M. – Eu peço para que, tão logo eu retorne... Eu vou fazer uma viagem agora, mas, no retorno, a gente...

F.F. – Ministro, em meu nome e da equipe e da Fundação Getulio Vargas, obrigadíssimo por esse tempo que o senhor nos concedeu, e encerra-se nossa sessão por hoje. Por favor, pode cortar o vídeo; eu vou aqui cortar o áudio.

[FINAL DO DEPOIMENTO]